

## **Manual de Sociología: una herramienta para ir más allá de leer la vida de la sociedad con sus construcciones y contradicciones**

**José Geraldo da Silva**

geraldoviana@ifgoiano.edu.br

ID: <http://orcid.org/0000-0002-6641-6434>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano)  
Trindade-GO, Brasil.

**Maria Esperança Fernandes Carneiro**

esperancacarneiro@outlook.com

ID: <http://orcid.org/0000-0002-7272-6666>

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)  
Goiânia-GO, Brasil.

**Ruth Aparecida Viana da Silva**

ruth.viana@ifgoiano.edu.br

ID: <https://orcid.org/0000-0002-3146-1569>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano)  
Trindade-GO, Brasil.

**Recebido:** 21/03/2022 **Aceito:** 01/07/2022

### **Resumen**

En el espacio educativo formal de la Escuela Profesional Tecnológica Integrada a la Enseñanza Media (EPT), la sociología se constituye como asignatura escolar y sus aportes en la lucha histórica por una educación pública, gratuita, con requisitos cualitativos para una formación consolidada en la comprensión crítica de la sociedad, del trabajo y sus contradicciones. La reducción de la carga horaria o la no obligatoriedad de la asignatura de sociología en la escuela, sumada a los cambios de las propuestas de la Base Curricular Común Nacional (BNCC), enuncia una propuesta neoliberal de educación. La investigación reitera la importancia de la asignatura de la Sociología como necesaria en la educación básica, puesto que la construcción del conocimiento sociológico permite a los estudiantes tener una formación integral. En consecuencia, buscar caminos para superar las contradicciones de la sociedad brasileña que excluyen a los jóvenes del acceso a la escuela secundaria integrada humanizadora.

**Palabras clave:** Educación Profesional y Tecnológica (EPT). Enseñanza media. Escuela Secundaria Integrada. Manual. Sociología. Política.

### **Livro didático de Sociologia: ferramenta para ir além e ler a vida em sociedade com suas construções e contradições**

#### **Resumo**

No espaço educativo formal da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) Ensino Médio Integrado, a sociologia se constituiu como disciplina escolar e suas contribuições na luta histórica por uma educação pública, gratuita, com requisitos qualitativos para uma formação consolidada na compreensão crítica da sociedade, do trabalho e suas contradições. A redução da carga horária ou a não obrigatoriedade da oferta de Sociologia, com as mudanças propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enuncia a proposta neoliberal de educação. A pesquisa reitera a importância da disciplina de Sociologia como necessária na

educação básica, haja vista a construção do conhecimento sociológico possibilitar aos alunos uma formação integral. Consequentemente, encontrar meios para superar as contradições da sociedade brasileira que exclui jovens do acesso ao ensino médio integrado humanizante.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Ensino Médio Integrado. Educação Escolar. Livro didático. Sociologia. Política.

### **Sociology textbook: a tool to go further and to read life in society with its constructions and contradictions**

#### **Abstract**

In the formal educational space of Vocational and Technological Education (EPT) Integrated High School, sociology was constituted as a school subject and its contributions in the historical effort for a public and free education, with qualitative requirements for a consolidated formation in the critical understanding of society, work, and its contradictions. The reduction of the workload or the non-mandatory offer of Sociology, with the changes proposed by the Common National Curriculum Base (BNCC), enunciates the neoliberal proposal for education. This research reiterates the importance of the Sociology subject as necessary in basic education, given that the construction of sociological knowledge allows students to have an integral formation. Therefore, find ways to overcome the contradictions of Brazilian society that exclude young people from accessing humanizing integrated secondary education.

**Keywords:** Vocational and Technological Education (EPT). Integrated High School. Schooling. Textbook. Sociology. Politics.

#### **Introdução**

Esta pesquisa foi desenvolvida buscando analisar as concepções de política no livro didático de Sociologia adotado no ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano/Campus Trindade (IF Goiano). O recorte foi feito a partir da edição dos livros didáticos ofertados pelo Plano Nacional do Livro Didático 2018-2020, com foco no livro *Sociologia em Movimento*, cujas unidades temáticas oferecem conteúdos que possibilitam pensar a política a partir de diferentes vieses.

Pesquisar é um ato difícil e, dependendo do ambiente, ele pode ser dificultado pelas condições externas que antecedem a pesquisa. No caso desta pesquisa, percebeu-se que nas políticas educacionais não há interesse em favorecer o desenvolvimento do espírito investigativo na educação formal. Reitera-se a necessidade da aula e do conteúdo em si, mas, a discussão de como o debate sociológico pode influenciar na construção do conhecimento gera embates e confrontos que não interessam ao Governo em geral.

Outro fator que dificulta a pesquisa é a instabilidade legal e estrutural que marca a educação brasileira. Entre 2016 e 2020 aconteceram várias mudanças no ordenamento legal e curricular que praticamente torna incerta a presença das ciências humanas e sociais na formação secundária dos jovens brasileiros, principalmente a disciplina de sociologia. A alteração de artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996,

pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que propôs a Reforma do Ensino Médio e compulsoriamente colocou a espinha dorsal do Ensino Médio em quatro áreas do conhecimento, incluindo como obrigatoriedade no currículo, três anos do Ensino Médio em somente duas disciplinas, conforme expresso no art. 35-A, §3º: “O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio”. O reflexo dessa alteração apareceu na proposta do Edital Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), sendo que as obras didáticas serão por área do conhecimento, conforme disposto no Edital de Convocação nº 03/2019, que reduziu e concentrou o material didático impresso para o aluno em um único livro de, no máximo 160 páginas, no qual deverão constar as disciplinas de *História, Geografia, Sociologia e Filosofia*, concentradas na área das Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias.

O que se observa, na verdade, é que a Reforma do Ensino Médio atende aos interesses da elite dominante brasileira, uma vez que segundo a Resolução nº 3 do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 21 de novembro de 2018, impôs as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, com a estruturação do currículo em formação geral básica e do itinerário formativo, sendo a formação geral básica mediada por habilidades e competência, previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento de caráter normativo.

Como tal, a formação geral básica está organizada por áreas do conhecimento, sendo, Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Deste modo, os conteúdos, por área do conhecimento, devem ser trabalhados ao modo transdisciplinar pelos professores. Além disso, privilegia-se ao longo dos três anos da formação básica Matemática e Língua Portuguesa, com o *status* de obrigatoriedade dessas disciplinas. As demais disciplinas serão diluídas na forma de projetos integradores.

Chama a atenção a ideia de itinerário formativo, o qual os professores implantam a partir dos problemas, questões e dilemas do mundo atual; desde que sejam do interesse dos estudantes e valorizem metodologias criativas, e a participação em atividades sociais. Tais itinerários podem ser organizados considerando-se um ou mais dos eixos estruturantes, como investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo. Não se esquecer que cada sistema de ensino organiza a seu critério as atividades ofertadas nos itinerários formativos, para que o estudante faça suas escolhas de acordo com sua vocação e projeto de vida. Parece coisa de novela, mas é este o Novo Ensino Médio. Como isso tudo impacta a formação do jovem da classe trabalhadora? O impacto

principal é a formação integral com ensino que consiga ajudar ao jovem estudante concorrer a cursos superiores que levem a maior democratização econômica, cultural e educacional. E por fim, como abordar no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), os itinerários formativos, uma vez que eles são variados?

Contudo, como se falar em itinerários formativos desvinculados e políticas educacionais de acesso e permanência na Educação Básica? Como *oferecer* itinerários formativos em escolas sucateadas, com profissionais da educação que precisam se desdobrar – por vezes em escolas diversas ou, então, em instâncias diferentes para conseguir preencher a carga horária para receber um salário que dê para sobreviver com um mínimo de dignidade? A título de analogia, a impressão que se tem é de que se passa uma receita geral, como se todas as escolas tivessem as mesmas características. E, como se trata de uma normativa, sem oferecer condições mínimas para que essa receita seja transformada em alimento. A propaganda é essa: o NOVO (???) Ensino Médio. Contudo, reduz-se a carga horária ou a oferta de disciplinas que possibilitam a conscientização e desvelem as mazelas da sociedade capitalista sustentada pela exploração do trabalho, seguindo a mesma “receita” das ditaduras que já assolaram o Brasil, de Vargas ao Golpe de 2016.

Assim, esta pesquisa e seus resultados acontecem em um interregno no qual a sociologia passou da condição de obrigatoriedade à condição de praticamente inexistir na formação do jovem estudante da educação básica brasileira.

Cientes da importância do conhecimento sociológico na formação integral da educação básica de nível médio, conforme estabelecido no objetivo geral em que se buscou analisar as concepções de política e o modo como, no livro didático *Sociologia em Movimento*, esta concepção se revela nos conteúdos propostos.

Ressalta-se que talvez o tema *política* nem seja o mais nevrálgico dos conteúdos estudados em sociologia no ensino médio. Todavia, sempre chama a atenção o fato de que nesses conteúdos a perspectiva política seja orientada para práxis, uma atuação no sentido de que é um estudo que extrapola o ambiente escolar.

Isto posto, estabeleceu-se como objetivo geral, analisar as concepções de política no livro didático de sociologia do Ensino Médio e como isso contribui no processo de construção da concepção de Política na educação básica. E como objetivos específicos: apresentar como o livro didático de sociologia se enquadra no currículo da escola de ensino médio; investigar as concepções de política, seu significado e sentido, nos temas de sociologia no livro didático; analisar, pela pesquisa empírica, como o estudo dos temas de sociologia podem impactar e promover debates a partir dos estudos realizados em sala de

aula.

Com relação ao método, estabeleceu-se o materialismo histórico-dialético (MHD) como caminho para se acercar do objeto, uma vez os elementos básicos para a vida humana passam pelas lides políticas, geradoras de inclusão ou exclusão das pessoas no processo social. Em se tratando de metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental no que concerne ao estudo de sociologia nas escolas públicas e seus aspectos legais que consolidaram a disciplina de sociologia no ensino médio, bem como a pesquisa dos conteúdos no livro *Sociologia em Movimento*, que faz parte do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018-2020.

### **O livro didático de Sociologia no Ensino Médio Integrado**

Na busca por um mínimo de qualidade no processo de ensino e aprendizagem, no que concerne ao processo de formação básica da vida em sociedade, a Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, incluiu a Sociologia como disciplina obrigatória na educação básica, incluindo também a disciplina de Filosofia. Isso, porém, segundo Silva (2012, p. 1), exige que se compreenda a Sociologia em um contexto maior do currículo da educação básica:

A Sociologia como qualquer outra disciplina, até mesmo as disciplinas das áreas de exatas, como a Matemática por exemplo, só faz sentido se for delimitada dentro de um projeto maior de educação, de formação dos adolescentes, dos jovens e dos adultos. É preciso que superemos o hábito de entender currículo como grade curricular, que se torna um mero exercício de divisão de carga horária, virando um campo de batalha entre professores que, certamente, vão defender seu espaço imediato de trabalho.

É preciso pensar a disciplina de Sociologia não como um complemento de carga horária na exploração do trabalho docente, mas como um saber que faz parte de um projeto maior de sociedade que compõe o currículo escolar, que contribui na acuidade do saber sociológico como compreensão científica dos fenômenos sociais. Isso porque o currículo não é algo fixo e imutável, como bem compreende Sacristán (1988, p. 15-16):

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou a aprendizagem necessária das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem que reagrupar em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino. É uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos. O currículo, como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que há de comprovar e que nesta expressão prática concretiza seu valor. É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos,

alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam.

Nessa perspectiva do autor, de que o currículo é antes uma prática, é que o professor de Sociologia deve trazer consigo a percepção de que dentro do currículo há algo menos perceptível que a listagem de conteúdo a ser debatido em sala de aula.

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) partem de algo maior – o campo das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política, Economia e Sociologia) – e entendem o avanço que configura a disciplina de Sociologia no enriquecimento curricular do Ensino Médio. O documento registra (MEC/OCEM, 2006, p. 109):

As razões pelas quais a Sociologia deve estar presente no currículo do ensino médio são diversas. A mais imediata, e de que já se falou, mas não parece suficiente, é sobre o papel que a disciplina desempenharia na formação do aluno e em sua preparação para o exercício da cidadania. Isso se tem mantido no registro do slogan ou clichê; quer-se ultrapassar esse nível discursivo e avançar para a concretização dessa expectativa. Para dar um conteúdo concreto a essa expectativa, pensa-se, então, numa disciplina escolar no ensino médio que fosse a tradução de um campo científico específico, as Ciências Sociais.

O pensar sociológico, dentro das Orientações Curriculares para o Ensino Médio, têm como fundamento epistemológico o estranhamento e a desnaturalização. E estranhar tem ligação com espantar-se, não achar normal, questionar. Consoante Mills (1975, p. 11), em seu livro *Imaginação Sociológica*, as pessoas em seu cotidiano necessitam de

[...] uma qualidade de espírito que lhes ajude a usar a informação e desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos. É essa qualidade, afirmo, que jornalistas e professores, artistas e públicos, cientistas e editores estão começando a esperar daquilo que poderemos chamar de imaginação sociológica.

Em termos práticos, o currículo de Sociologia dever levar a pessoa a ir além do que a realidade dada apresenta. São poucas pessoas que quando tomam um café e comem um pedaço de pão se perguntam em que condições é produzido o café, o açúcar no café e as condições de produção do trigo até chegar ao pão pronto. O ensino de Sociologia é, então, um convite a uma postura diferente ante à realidade presente. Tomazi (2013, p. 73) assevera que ela diz respeito

[...] à tarefa típica do pesquisador social, só é possível mediante o distanciamento do fenômeno social. [...] possibilidade de ultrapassar os limites do senso comum, que supõe a naturalidade da cultura, e inquietar-se com questões rotineiras e consagradas pela normalidade.

Em uma perspectiva marxista, Paulo Ghiraldelli Jr. (2002, p. 30-31) mostra que o estranhamento que a disciplina de Sociologia causa é algo bastante como no cotidiano:

Os filósofos modernos continuaram essa idéia de atacar o banal, retirando dele a banalidade. Se falamos novamente em Karl Marx, lembramos que ele fez algo parecido com uma coisa superbanal: as mercadorias - os produtos que compramos e vendemos. Nada há de mais banal do que uma calça jeans, não é verdade? Entramos em uma loja e experimentamos a calça. Se serve, pegamos, se não serve, experimentamos outra. No entanto, muitas pessoas não fazem assim. Há pessoas que experimentam, olham no espelho e percebem que não cabem na calça. Não param um segundo para pensar em outra calça, porque outra calça não realçaria a parte do corpo que querem realçar ou esconder, e não pensam também em rearrumar a calça (como nossas avós sugeririam). A calça, até então um objeto (o que recebe a ação), adquire vida e se torna sujeito (o autor da ação) e, então, quem está comprando a calça se torna objeto na frente dela, pois ela ordena: “saia daqui agora e vá para uma academia!”. Você obedece, porque você não é mais sujeito, o sujeito é a coisa morta, a calça - um pedaço de pano! - que passa a lhe dar ordens. Uma calça mais exigente lhe ordena fazer uma “lipo”, e você cai nas mãos, não da academia, mas de uma sala de cirurgia. Cada calça, cada mercadoria, cria vida diante de nós. Marx denominou isso de fenômeno da reificação e do fetichismo. Reificação: quando nós, os vivos, nos portamos como coisas, o que é morto. Fetichismo: quando as coisas se portam como sujeitos de ação; o que é morto torna-se algo vivo, na medida em que começa a agir: passa a nos determinar. Ele disse que isso era uma das características dos nossos tempos modernos. Tirou da banalidade o que era um simples e completamente banal passeio por um shopping!

O estranhamento ante à banalização da realidade dada já havia sido tratado anteriormente, quando Marx (1996, p. 198) explicou o processo de reificação que acontece nas relações de produção:

[...] a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

Sarandy (2013, p. 77), tratando especificamente da disciplina de Sociologia, demonstra a relevância deste saber e de sua aprendizagem na compreensão das intrincadas relações sociais e políticas que marca a vida em sociedade:

O ensino da Sociologia é relevante exatamente porque pode revelar aos nossos alunos as intrincadas relações nas quais está inserido e como essa pertença exerce um profundo efeito sobre sua identidade, suas expectativas de vida, sua visão de mundo. Em poucas palavras, sobre quem ele é e qual o lugar que ocupa na estrutura social. Mas este conhecimento não será apreendido por meio da mera informação ao aluno – e de sua memorização –, ao contrário, apenas se realizará realmente se houver a aprendizagem de um tipo especial de raciocínio, uma verdadeira mudança de atitude cognitiva por parte do aluno.

Essa relevância do ensino de Sociologia encontra-se disposta na introdução das OCEM (2006, p. 110-111) fundamentada no pensamento de Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro, que entende que com essa disciplina, no Ensino Médio, dá-se um salto qualitativo ao possibilitar aos alunos uma nova forma de desnaturalizar os fenômenos da vida social:

Chegamos, então, à Sociologia no nível médio. Aqui caberia transcrever as

palavras de Florestan Fernandes, em artigo publicado nos anos 1950 que tratava justamente do ensino de Sociologia na escola secundária brasileira (Atas do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo, 1954). Parece que, atualizando as palavras, reorientando as intenções, valem os mesmos objetivos e justificativas ainda hoje. Fernandes diz: [...] a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes, na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano. Citando Mannheim, ele acrescenta: [...] as implicações desse ponto de vista foram condensadas por Mannheim sob a epígrafe “do costume às ciências sociais” e formuladas de uma maneira vigorosa, com as seguintes palavras: “enquanto o costume e a tradição operam, a ciência da sociedade é desnecessária. A ciência da sociedade emerge quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixa de proporcionar ajustamento. A análise consciente e a coordenação consciente dos processos sociais então se tornam necessárias”. Como se vê, as razões para que a Sociologia esteja presente no ensino médio no Brasil não só se mantêm como se têm reforçado. As estruturas sociais estão ainda mais complexas, as relações de trabalho atiram-se com as novas tecnologias de produção, o mundo está cada vez mais “desencantado”, isto é, cada vez mais racionalizado, administrado, dominado pelo conhecimento científico e tecnológico. No campo político, os avanços da democratização têm sido simultâneos aos avanços das tecnologias da comunicação e informação, tendendo a corromper-se esse regime político em novas formas de populismo e manipulação. No campo social, o predomínio do discurso econômico tem promovido uma “renaturalização” das relações, reforçando aqui o caráter ambíguo (e perverso) da racionalidade contemporânea.

Por fim, as OCEM (2006, p. 104) mostram que com o ensino de Sociologia o tema da política pode vir a ser melhor tratado, evitando que o senso comum não prevaleça na compreensão de que a política é em si uma forma de exercício da cidadania:

Muito se tem falado do poder de formação dessa disciplina, em especial na formação política, conforme consagra o dispositivo legal (LDB nº 9.394/96, Art. 36, § 1º, III) quando relaciona “conhecimentos de Sociologia” e “exercício da cidadania”. Entende-se que essa relação não é imediata, nem é exclusiva da Sociologia a prerrogativa de preparar o cidadão. No entanto, sempre estão presentes nos conteúdos de ensino da Sociologia temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo (quando, muitas vezes no lugar da Sociologia stricto sensu, os professores trazem conteúdos, temas e autores da Ciência Política) e mesmo contrastes com a organização política de sociedades tribais ou simples (quando, então, é a Antropologia que vem ocupar o lugar da Sociologia), ou ainda preocupações com a participação comunitária, com questões sobre partidos políticos e eleições, etc. Talvez o que se tenha em Sociologia é que essa expectativa – preparar para a cidadania – ganhe contornos mais objetivos a partir dos conteúdos clássicos ou contemporâneos – temas e autores.

Relacionada ao tema da cidadania, compreendida como exercício dos direitos civis, políticos e sociais, a Sociologia sozinha não tem como resolver essa situação, mas com toda certeza é nas aulas de sociologia que a cidadania exercida tem um espaço, pelo menos nas temáticas estudadas.

Ser cidadão implica no exercício efetivo dos direitos civis, políticos e sociais. E uma vez que a conquista de direitos é um processo contínuo, assim também a cidadania está em permanente construção e a tomada de consciência de agir como sujeito cidadão. Em Gerard

Lebrun (1981, p. 68), a ideia de cidadão é colocada em um nível de discussão que merece lembrar o fato de que entre a cidadania formal difere da cidadania real.

### **O debate sociológico na formação política do trabalhador de nível técnico**

A questão do capitalismo como sistema econômico influi na visão sociológica elaborada no Ensino Médio. Exemplo disso é expresso por Netto (2001, p. 46) quanto à distinção entre capitalismo e outros sistemas econômicos no que se refere à exploração do trabalho:

A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa); o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário! – redução da produção de riquezas.

Nesta linha de pensamento, o tema mudança social ou mobilidade social dentro do trabalho no capitalismo como gerador de desigualdades sociais e banalização da vida é uma das configurações das relações de trabalho na atualidade e deve ser discutida pela Sociologia em sala de aula. Segundo Yamamoto (2011, p. 144-145),

[...] evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação.

Esse processo de geração de desigualdades não para e vai distanciando a população pobre do acesso aos bens que deveriam ser uma das responsabilidades do Estado. Vai criando fossos entre os que podem e os que não podem ter participação social. Por exemplo, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Relatório de 2017 (p. 2), há uma diferença entre anos de estudos entre brancos e negros na sociedade brasileira:

Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com doze anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com doze anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase quatro vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca.

São essas mazelas das desigualdades na sociedade brasileira que a pesquisa evidenciou, na concepção de política no livro didático de sociologia analisado, e que a

própria sociologia como disciplina escolar possibilita colocar em debate na sala de aula. Favorece-se uma visão de que política vai além do estabelecido no senso comum.

Jessé Souza (2017, p. 47), em *A elite do atraso*, expõe os que estão inclusos nesse atraso não somente educacional, mas de todo e qualquer bem simbólico e que se identificam não como excluídos:

O Brasil passou de um mercado de trabalho escravocrata para formalmente livre, mas manteve todas as virtualidades do escravismo na nova situação. Os escravos da “ralé de novos escravos” continuam sendo explorados na sua “tração muscular”, como cavalos aos quais os escravos de ontem e de hoje ainda se assemelham. Os carregadores de lixo das grandes cidades são chamados, literalmente, de cavalos. O recurso que as empregadas domésticas usam é, antes de tudo, o corpo, trabalhando horas de pé em funções repetitivas, com a barriga no fogão quente, do mesmo modo que faxineiras, motoboys, cortadores de cana, serventes de pedreiros etc. Como o caminho do aprendizado escolar é fechado desde cedo para a imensa maioria dessa classe, não é o conhecimento incorporado no trabalhador que é a mercadoria vendida no mercado de trabalho, mas a capacidade muscular, comum a todos os animais. Uma classe reduzida ao corpo, que representa o que há de mais baixo na escala valorativa do Ocidente. Por conta disso, essa classe, do mesmo modo que os escravos, é desumanizada e animalizada. Passa a não valer como ser humano que vimos exigir, em alguma medida, a dimensão do espírito, ou seja, no nosso caso, do conhecimento útil incorporado. A ralé de novos escravos será não só a classe que todas as outras vão procurar se distinguir e se afastar, mas, também, vão procurar explorar o trabalho farto e barato. Mais uma vez, nada de novo em relação ao passado escravista. Isso vale para as classes do privilégio, a elite econômica e a classe média, que monopolizam o capital econômico e o capital cultural mais valorizado e se utilizam da ralé como se utilizavam dos escravos domésticos, para serviços na família, posto serem pessoas que, por sua própria fragilidade social, são ansiosas por se identificarem com os desejos e objetivos dos patrões. Essa identificação com o opressor ao ponto de tornar os objetivos do patrão seus próprios objetivos também é uma continuidade sem cortes com o escravo doméstico do escravismo. A melhor situação do escravo doméstico em relação ao escravo da lavoura era paga com servidão espiritual, na qual o escravo abdicava de ter interesses próprios para melhor satisfazer os desejos e as necessidades dos senhores. O caso muito comum de babás e empregadas que criam os filhos do patrão “como se fossem seus” reflete esse contexto.

Essa identificação entre oprimido e opressor é muito comum. E a sala de aula, assim como o ambiente escolar, é palco dos mais diversos tipos de preconceitos. O aluno negro, o pobre, o excluído em geral adentra uma escola que se exime de ser racista. Porém, esse mesmo aluno ao entrar na escola pode não encontrar um único professor negro. Ou, quando encontra algum negro, ele está em funções subalternas ou de serviço básico e não valorizado.

E onde entra a Sociologia pelo livro didático?

A sociologia é a busca pelo conhecimento científico do mundo social. Neste caso, é necessário distinguir o problema social do problema sociológico. O mundo social é o mundo das relações entre os membros de uma dada sociedade. A vida social é marcada por variados tipos de problemas, tais como: violência, fome, desigualdades, emprego, desemprego e

salário, dentre outros que permeiam a vida dos trabalhadores que passaram pela formação escolar de nível médio.

Destes problemas, tome-se o salário como um problema social. Por que o salário é um problema social? Se ele é mínimo, não supre as necessidades mínimas para uma vida digna. Se é alto, provoca o sentimento de que há privilegiados. Até aí é somente um problema social.

Mas, o salário em si, enquanto um elemento de um sistema econômico, existe a partir da ascensão da burguesia como classe dominante. Em termos sociológicos ou de análise econômica, salário é muito mais que isso. E essa demonstração foi feita por Karl Marx (2004). Com a análise de Marx, salário, como parte da estrutura econômica torna-se um problema sociológico cientificamente estudado e percebido como algo mais que dinheiros pago por um trabalho realizado.

Em seus estudos, Marx (2004) aborda a questão do salário que ganha sentido de exploração do trabalho humano. O salário é a mediação entre o patrão e o empregado, sendo que este mesmo salário esconde a mais-valia e torna o próprio trabalhador mercadoria. Nesse sentido, para Marx:

O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens que produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2004, p. 159).

Em *O Capital*, no capítulo 17, Marx (2010, p. 740) explica a transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário. Metodicamente, revela que dentro da estrutura capitalista, o trivial não é inocente:

Na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada quantidade de trabalho. Fala-se, aqui, do valor do trabalho, e sua expressão monetária é denominada seu preço necessário ou natural. Por outro lado, fala-se dos preços de mercado do trabalho, isto é, de preços que oscilam acima ou abaixo de seu preço necessário (MARX, 2010, p. 740).

Com este tipo de análise, Marx demonstra que, sociologicamente, o salário como objeto de análise ganha cientificidade, pois, suas relações com o todo social ganham evidência dentro das relações de trabalho. E Marx (2010), em sua análise, desvela a categoria salário como portadora de vieses que normalmente não se percebe sem a observação científica do materialismo histórico.

Deste modo, na categoria salário estão embutidas outras categorias não perceptíveis

nesta categoria “salário”. Veja-se: mais-valia, alienação, trabalho, mercadoria, classe social e, assim, por diante.

Nesse sentido, o livro proposto pelo PNLD *Sociologia em movimento*, adotado no ensino médio no Instituto Federal de Educação e Tecnologia Goiano (IF Goiano), do Campus Trindade, na Unidade 4, que trata do “Mundo do trabalho e desigualdades sociais” (p. 213-256), proporciona espaço para que o futuro técnico em formação possa refletir sobre essa questão no conteúdo contemplado na ementa da disciplina de Sociologia, seja no tópico “Sociedade e trabalho” ou em “Estratificação e desigualdades sociais”.

No quesito Classe social, por exemplo, Marx e Engels (1989, p. 76) entendem que a estratificação estamental da sociedade feudal resultou em uma amplificação das classes:

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez nada mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das velhas. No entanto, a nossa época, a da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.

Na análise sobre a categoria salário, Marx (2010) descobre que se trata de uma inovação, uma vez que no feudalismo as relações de trabalho eram diferentes. O servo feudal, ao pagar a corveia, trabalhava para si mesmo e tinha seu trabalho obrigatório para o senhor feudal. Não havia dúvida quanto ao trabalho para si ou para seu senhor dono da terra. No trabalho assalariado, no entanto, não aparece o trabalho excedente – a mais-valia –, sendo que o trabalho não pago, aparece como se fosse trabalho pago.

O debate sociológico consiste, assim, em diferir o social do sociológico. Considera-se aqui Marx e Engels (1989) são os principais desmistificadores das teses capitalistas que naturalizam questões sociais. Trata-se de questões que comprometem profundamente as relações sociais no capitalismo e que tem na categoria “salário” um de seus fundamentos.

Deste modo, o problema social difere do problema sociológico. Quando se fala de salário como problema social, isso diz respeito ao fato de que se trata de um montante de dinheiro que não oferece condições para uma vida com qualidade. Mas, enquanto problema sociológico, o salário, como demonstra os estudos de Karl Marx (2010), é mais que um montante de dinheiro, pois representa uma virada no paradigma do trabalho.

Nesse contexto, o debate sociológico propiciado em sala de aula pela disciplina de sociologia remonta aos variados problemas em estudo, uma vez que cada sociólogo elege um objeto no campo da vida social como problema a ser compreendido e lançado ao debate pela sociedade em geral.

Nos clássicos da sociologia, Augusto Comte, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber apresentam diferentes formas de abordar os problemas sociais para torná-los problemas sociológicos, e que são focos de debates até hoje. Por exemplo, Augusto Comte e Émile Durkheim, entendiam e explicavam a sociedade como um todo que pode atingir a coesão social, a ausência de conflitos pelo reconhecimento de que o indivíduo é o resultado do que a sociedade quer dele.

Karl Marx e Max Weber partem do entendimento de que é o contrário, o indivíduo por suas ações é que fazem a sociedade ser o que é. A diferença é a teoria de Karl Marx pressupõe o conflito, não existindo indivíduo fora de uma classe social; ou se é operário assalariado ou se é dono do capital. Sem esse rigor, corre-se o risco de não se aprofundar de forma devida acerca dos problemas que a vida social possui em sua estruturação.

No debate sociológico, os primeiros sociólogos focaram em problemas relacionados entre o indivíduo e a sociedade. Nos dias atuais, esse debate deixou de existir e o foco está em demonstrar que a oposição entre indivíduo e sociedade não existe, pois o que se denomina sociedade é uma abstração do conjunto da estrutura social que se materializa em instituições sociais que são formadas por indivíduos concretos. E tal estrutura precisa ser objeto de debate.

### **No livro didático de sociologia: as concepções de política e recepção dos alunos**

O conhecimento de um dado conteúdo é o meio que o aluno adquire para, de forma não comum, atuar e intervir socialmente na vida real. Assim, não se tira uma disciplina do currículo somente por se tornar obsoleta. Conteúdos trabalhados em uma disciplina estão associados também ao desenvolvimento crítico da compreensão do mundo e pode interferir no modo de vê-lo. O conteúdo vai muito além do dia a dia. Ele acrescenta elementos que levam a um posicionamento diferente ante à realidade.

No que se refere ao que compete ao professor, a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, estabelece, em seu anexo, as competências gerais dos docentes. O documento explicita que o professor deve

[...] Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar. [...] Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado. Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em

prática o princípio de que todos são capazes de aprender. Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança (BRASIL, 2019, p. 13).

Aspectos cognitivos do conteúdo a ser discutido em sala de aula é um bem do qual o professor se apossa. Mais do que transmitir o conteúdo, deve-se transformá-lo em instrumento de ação no mundo.

O saber acerca do conteúdo da disciplina é condição para estabelecer um diálogo do saber científico com o aluno. Reconhecer que o conhecimento sobre o conteúdo faz interface *com e como* ensinar. Por isso, quando se propõe nesta tese analisar a concepção de política presente no conteúdo do livro didático de Sociologia, compreende-se que este conteúdo faz parte de uma construção científica da vida social. Ele está inserido em uma dada sociedade com características de classes sociais específicas. Nesse sentido, vincular os conteúdos estudados a questões da vida prática, além de ser objeto de estudo das Ciências Sociais, faz parte dos objetivos do ensino de Sociologia no Ensino Médio Integrado.

Deste pressuposto, observa-se que os conteúdos de Sociologia, enquanto resultado da compreensão científica da vida social, são políticos e têm uma perspectiva política. Tratam temáticas que surgem num dado momento em que a sociedade se vê necessitada de instrumental teórico para compreender e agir no mundo, na vida em sociedade, marcada pelas contradições que lhe são inerentes. Importante destacar que os conteúdos são amplos e abordam temáticas que são mais específicas, que surgem dos conteúdos propostos pela sociologia.

E como os seres humanos são culturais, não determinados pelos ditames da natureza, incorre nisso que são também seres de relações políticas historicamente determinadas e marcadas pela práxis que é a interação humana com a realidade em que vive.

Pela compreensão do conceito de práxis, compreende-se as razões de a Sociologia ser uma disciplina em constante embate social com os elaboradores do currículo do Ensino Médio na educação brasileira, conforme já citado no segundo capítulo desta tese.

Em se tratando da assimilação crítica dos conteúdos, sob a perspectiva dialética, busca-se aqui enfatizar a importância do diálogo crítico, argumentativo e reflexivo a partir do proposto pelo materialismo histórico. Por se tratar de uma pesquisa fundada na compreensão dialética da realidade social, considera-se a categoria da totalidade e a condição do particular relacionados ao todo social, com suas contradições, mediações e alienações.

A categoria da totalidade no método dialético em Marx (2008) pode ser compreendida como expressão do desdobramento dos fenômenos sociais que estão

relacionados uns aos outros e, por isso, não podem ser pensados de forma estanque. Nessa compreensão, segundo Kosik (1976, p. 35-36):

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda a totalidade.

Por esse viés, a sociedade revela-se uma totalidade. Sendo assim, todo fenômeno social, por exemplo, a escola enquanto instituição revela uma totalidade. Contudo, ela não pode ser explicada por si mesma, mas, como parte integrante de um todo. Consoante Marx (2008):

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel [...] compreendia sob o nome de “sociedade civil” (MARX, 2008, p. 45).

Na totalidade, torna-se possível perceber as condições e as contradições que se delineiam na sociedade e revelam uma concepção de história. Nesse sentido, Marx e Engels (1989) afirmam que

[...] Esta concepção da história repousa, portanto, sobre o seguinte: desenvolver o processo efetivo de produção partindo da produção material da vida imediata e tomar como base de toda história a forma de intercâmbio ligada com este modo de produção e engendrada por ele, logo a sociedade civil em seus diversos estágios, e tanto apresentá-la em sua ação como Estado quanto explicar a partir dela o conjunto das diversas produções teóricas e formas da consciência, religião, filosofia moral, etc., e seguir o seu processo de surgimento a partir dessas produções, onde naturalmente também se poderá apresentar a coisa em sua totalidade (e por isso também a ação destes diversos aspectos uns sobre os outros) [...] (MARX; ENGELS, 1989, p. 203-204).

Todas essas questões fazem parte dos conteúdos estudados na disciplina de Sociologia e que, de certa forma, incomodam quem não deseja mudanças na sociedade. Contudo, por mais que estes conteúdos sejam escamoteados pelas ideologias dominantes, eles proporcionam debates que conduzem os alunos a questionamentos além do espaço da sala de aula. O que se observa na prática cotidiana do professor de Sociologia é que tais conteúdos, quando trabalhados em sala de aula, instigam o debate principalmente por alunos advindos de classe trabalhadora cujos familiares recebem baixos salários. A consciência do ser-trabalhador-assalariado gera impacto. Amplia-se a visão daqueles que são excluídos dos bens socialmente criados e que lhes são negados.

Pelos embates gerados quanto à permanência ou retirada das disciplinas de Sociologia e Filosofia da formação dos jovens do Ensino Médio, por exemplo, conforme a reforma proposta para o ensino médio, percebe-se que o grande sonho dos detentores do poder seria eliminar a indeterminação humana, quando se prioriza a automação do trabalho. Formar mão de obra não pensante e retirar o aspecto prático do existir humano para concentrar ainda mais as riquezas sem que os empobrecidos se perguntem as razões de seu existir socialmente.

### **Considerações finais**

A pesquisa possibilitou compreender que o estudo dos conteúdos de Sociologia propostos no livro didático adotado no IF Goiano/Campus Trindade impacta e estimula debates a partir dos estudos realizados em sala de aula.

Salienta a importância Educação Profissional e Tecnológica (EPT) Ensino Médio Integrado, dos Institutos Federais – Rede Federal de escolas públicas –, como formadores de cidadãos conscientes e partícipes na vida em sociedade ao manter a oferta da disciplina de Sociologia nas matrizes de seus cursos técnicos integrados como componente curricular. Essa proposta fundamenta-se em um processo político, filosófico e pedagógico, que tem na formação omnilateral do ser humano sua razão de ser, de tal modo que educa não só para o mundo de trabalho, mas, educa também para a politicidade, para o ser político que configura a pessoa humana na vida em sociedade.

O ensino médio integrado é uma modalidade de ensino que, no contexto da sociedade de classes como é caso do Brasil, é próprio de uma escola destinada a formar membros advindos da classe trabalhadora. Os Institutos Federais são uma criação na forma de política de governo tido como de esquerda. Diferente de outras escolas públicas, eles têm uma estrutura física, humana e pedagógica que possibilita realizar um projeto educativo integral, omnilateral emancipador que foge ao modelo fragmentado de formação. Deveria ser um padrão de escola pública a ser adotada no Brasil. Mas, nos rumos atuais, os cortes no orçamento, concursos impossibilitados, dentre outros retrocessos, percebe-se que os Institutos Federais incomodam sob um discurso de que os custos são onerosos para o erário.

Verifica-se que a pesquisa respondeu aos objetivos propostos, conseqüentemente, ao problema que definiu os rumos deste estudo. Os resultados obtidos na pesquisa empírica analisados expressam a visão e o modo como a disciplina de sociologia contribui com a criticidade objetivada no planejamento das aulas.

Evidenciou-se que as concepções de política estão presentes na compreensão da política como definidora das relações do indivíduo e sociedade. Isso também ocorre no processo de socialização e nas formas de controle social, nas formas de participação do processo político, movimentos sociais, nas relações de poder, organização do meio urbano, nas relações entre sociedade e meio ambiente e, principalmente, quando os entrevistados demonstraram como a política é definidora de sonhos ou decepções com perspectivas de futuro, conforme analisado nas categorias estabelecidas nesta pesquisa.

Outro resultado que é possível inferir é que no trabalho escolar a sociologia será oportunidade de propostas de projetos, seja na forma de letramento político ou como espaço de estudo e debate dos temas que perfazem o dia a dia de alunos e comunidade escolar. Mesmo com o espaço limitado que esta disciplina doravante terá no currículo do ensino médio integrado, há ainda um vasto campo de proposições no sentido de tornar a escola um espaço alegre, uma vez que a sociologia acontece no contexto das redes sociais, música, literatura e poesia. É possível ainda trabalhar, além das concepções de política, outras concepções que marcam a vida das pessoas e da sociedade como um todo.

O contexto atual reitera a importância da disciplina de sociologia no estudo e debate, pelas teorias sociológicas, para compreender as concepções de políticas presentes nas causas sociais geradoras de consequências que empurram as classes trabalhadoras ainda mais para a miséria. Consequentemente, poderá gerar um momento de debate sobre a importância do letramento político na formação do ensino médio integrado. Espera-se, assim, contribuir para que novas pesquisas surjam nesta área.

## **Referências**

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes). Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. MEC – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2000, v. 4. 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm). Acesso em:

11 fev. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP N° 3, de 21 de novembro 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622). Acesso em: 21 maio 2021.

GHIRALDELLI Jr., P. **Filosofia da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista/** Marilda Villela Iamamoto. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Relatório 2017.** Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&section=31&category=397&Itemid=359](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&section=31&category=397&Itemid=359). Acesso em: 27 jan. 2021.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio.

LEBRUN, G. L. **O que é poder.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. *In*: FERNANDES, F. (Org.). **Marx e Engels: história.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 182-214. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Editora Penso, 1988.

SARANDY, F. Propostas curriculares em Sociologia. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 9, 23 out. 2013.

SILVA, M. A. S. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o Ensino Médio**. São Paulo: Saraiva, 2013.

**Autores:**

**José Geraldo da Silva**

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Atualmente, é coordenador do Núcleo de Ciência, Arte e Cultura (Naif) no IF Goiano Campus Trindade, do qual é professor efetivo. É membro do Núcleo Goiano de Estudos Linguísticos e Literários e do grupo de pesquisa Educação. Tem experiência áreas de educação e trabalho, metodologia de pesquisa, políticas educacionais e currículo, bem como na área de diversidade étnica e pesquisa de diálogos interculturais.

E-mail: [geraldoviana@ifgoiano.edu.br](mailto:geraldoviana@ifgoiano.edu.br).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6641-6434>

**Maria Esperança Fernandes Carneiro**

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UF/GO). Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Goiás. Membro do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ: Políticas Educacionais e Gestão Escolar. Linha de Pesquisa Estado, Instituições e Políticas Educacionais.

E-mail: [esperancacarneiro@outlook.com](mailto:esperancacarneiro@outlook.com)

ORCID:<http://orcid.org/0000-0002-7272-6666>

**Ruth Aparecida Viana da Silva**

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Coordena o Curso Técnico em Segurança do Trabalho (Campus Trindade). Tem experiência em: letras/linguagens, políticas educacionais, tecnologias e educação a distância, formação de profissionais da educação.

E-mail: [ruth.viana@ifgoiano.edu.br](mailto:ruth.viana@ifgoiano.edu.br).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3146-1569>

**Como citar o artigo:**

SILVA, J. G.; CARNEIRO, M. E. F.; SILVA, R. A. V. M. Manual de Sociología: una herramienta para ir más allá de leer la vida de la sociedad con sus construcciones y contradicciones. **Revista Paradigma**, Maracay, v. 43, Edição Temática 3, p.761-779, sep., 2022.